



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Fiscal de Rendas - Nível I

Caderno de Prova, Cargo A01 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A 2

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 90 questões numeradas de 1 a 90.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONTABILIDADE/ANÁLISE DE BALANÇOS

1. A Empresa "X" possui Índice de Liquidez Geral igual a 1,4. Do Balanço Patrimonial foram extraídas as seguintes contas, com valores em reais:

Contas a receber	5.000
Provisões a Pagar	3.000
Terrenos	5.000
Estoques	4.000
Contas a Receber Longo Prazo	2.500
Impostos a Pagar	3.500
Empréstimos Obtidos no Longo Prazo	2.000
Bancos	3.500
Veículos	2.200
Depreciação do Imobilizado	750
Participações Societárias - Controladas	3.200

O valor da conta Fornecedor que faz com que a empresa tenha Índice de Liquidez Geral mencionado acima é R\$

- (A) 4.300,00
 (B) 3.700,00
 (C) 2.600,00
 (D) 2.200,00
 (E) 2.000,00
2. A Cia. Estrela possui as seguintes contas patrimoniais, dentre outras, com valores em reais:

Fornecedores	1.500
Provisões 13º Salário e Férias	1.200
Contas a Receber 90 dias	2.500
Empréstimos de Curto Prazo	1.500
Empréstimos a Controladas	2.500
Contas a receber por Venda de Imobilizado	2.500
Estoques	3.000
Impostos a Pagar	900

Tendo como base somente essas informações, a necessidade de capital de giro da empresa é R\$

- (A) 1.200,00
 (B) 1.600,00
 (C) 1.900,00
 (D) 2.100,00
 (E) 2.500,00
3. Uma Empresa tem Prazo médio de renovação dos estoques 74 dias; Prazo médio de recebimento de vendas 63 dias; Prazo médio de pagamento de compras 85 dias e Ciclo de caixa 52 dias. Considerando essas informações, o Ciclo Operacional é de

- (A) 128 dias.
 (B) 137 dias.
 (C) 140 dias.
 (D) 142 dias.
 (E) 145 dias.

Instruções: Para responder às questões de números 4 e 5, considere as seguintes informações:

4. A Cia. ITA possui, no final de 2004, os dados identificados a seguir, com valores em reais:

I. Saldos finais no rol das contas listadas a seguir:

Contas a Receber	25.000
Contas a Pagar	15.000
Fornecedores	18.000
Estoques	16.000
Empréstimos obtidos de Curto Prazo	50.000
Ativo Permanente Total	25.000
Empréstimos a Controladas	23.000

II. Um Patrimônio Líquido com valor médio no período de R\$ 55.625,00.

III. O índice de rentabilidade do Ativo é 2,5%.

Para alcançar este índice, o Lucro Líquido do Período, deve ter sido de R\$

- (A) 1.410,00
 (B) 1.450,00
 (C) 1.955,00
 (D) 2.000,00
 (E) 2.225,00

5. O índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido é

- (A) 4,0%
 (B) 3,7%
 (C) 3,5%
 (D) 3,0%
 (E) 2,5%

Instruções: Para responder às questões de números 6 a 8, considere SOMENTE as seguintes informações:

A Cia. Vila Isabel possui os seguintes saldos contábeis ao final de um exercício, com valores em reais:

Itens	Valores em R\$
Contas a Receber	24.000
Vendas do Período	360.000
Estoques	17.500
Custo dos Produtos Vendidos	252.000
Fornecedores	24.000
Compras do Período	288.000

6. O prazo médio de Recebimento das Vendas é

- (A) 28 dias.
 (B) 26 dias.
 (C) 24 dias.
 (D) 22 dias.
 (E) 19 dias.

7. O prazo médio de rotação dos estoques é

- (A) 25 dias.
 (B) 20 dias.
 (C) 19 dias.
 (D) 14 dias.
 (E) 10 dias.

8. O prazo de pagamento das compras é

- (A) 25 dias.
- (B) 27 dias.
- (C) 28 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 35 dias.

Instruções: Para responder às questões de números 9 e 10, considere as seguintes informações:

A Cia. Jurupi, ao longo de 3 exercícios consecutivos, apresenta a seguinte estrutura em seus Balanços Patrimoniais, com valores em reais:

Itens	Ano I	Ano II	Ano III
Ativo Circulante	250.000	380.000	450.000
Ativo Realizável de Longo Prazo	40.000	50.000	30.000
Ativo Permanente			
Investimento	20.000	50.000	60.000
Imobilizado	160.000	200.000	250.000
Diferido	30.000	20.000	10.000
Total do Ativo	500.000	700.000	800.000
Passivo Circulante	140.000	260.000	300.000
Exigível de Longo Prazo	200.000	210.000	190.000
Patrimônio Líquido	160.000	230.000	310.000
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	500.000	700.000	800.000

Obs.: Considere uma economia estável sem flutuação significativa de preços e somente os valores fornecidos anteriormente.

9. Com relação ao Capital Circulante Líquido (CCL) é correto afirmar:

- (A) As fontes de recursos do CCL estão financiando o crescimento do imobilizado.
- (B) O CCL do ano III em relação ao apurado no ano I apresenta um crescimento de aproximadamente 45%.
- (C) Os ativos não circulantes são superiores aos passivos não circulantes em todos os períodos.
- (D) No ano II o total do passivo não circulante é superior ao do ativo não circulante.
- (E) Parte das aplicações do CCL estão sendo financiadas por recursos não circulantes em todos os períodos.

10. Com relação à estrutura e à participação do Capital Próprio (KP) e do Capital de Terceiros (KT) é correto afirmar que

- (A) a participação do KT é crescente ao longo dos anos.
- (B) a participação do KP é 39% no terceiro ano.
- (C) o aumento do KP justifica-se apenas por presença de lucros.
- (D) a participação do KT no primeiro ano é menor que a do KP.
- (E) a dependência do KT é crescente ao longo dos anos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. A Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal assim dispõe: “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Daí decorre que

- (A) a revogação dos atos administrativos pela Administração depende de prévia apreciação judicial.
- (B) apenas a Administração pode anular atos administrativos.
- (C) a apreciação judicial da revogação dos atos administrativos se dá quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade.
- (D) a anulação dos atos administrativos pela Administração não depende de manifestação judicial, prévia ou posterior.
- (E) não se caracterizam direitos adquiridos a partir de atos administrativos tidos por inconvenientes ou inoportunos.

12. É manifestação típica do poder de polícia da Administração Pública a

- (A) prisão em flagrante de um criminoso.
- (B) interdição de estabelecimento comercial por agentes da vigilância sanitária.
- (C) criação de uma taxa decorrente de ação de fiscalização.
- (D) aplicação de pena de demissão a servidor público.
- (E) vigilância exercida sobre o patrimônio público.

13. Consideram-se cláusulas exorbitantes em um contrato administrativo as

- (A) reconhecidas como abusivas, devendo ser anuladas judicial ou administrativamente.
- (B) que configurem matéria típica de direito privado, compatível, no entanto, com o regime administrativo.
- (C) que disponham, nos termos da lei, sobre prerrogativas especiais da Administração, não extensíveis à outra parte contratante.
- (D) que disponham sobre matéria estranha ao objeto contratual, ainda que não contenham vício de legalidade.
- (E) impostas unilateralmente pela Administração à outra parte contratante.

14. A responsabilidade civil de um servidor público e a de um empregado de empresa privada concessionária de serviço público, ambos atuando no exercício de suas funções, por danos causados a um terceiro, é, respectivamente

- (A) subjetiva e subjetiva.
- (B) objetiva e objetiva.
- (C) subjetiva e objetiva.
- (D) objetiva e subjetiva.
- (E) inexistente e inexistente.

<p>15. Nos termos da legislação de organização administrativa, existe vínculo de hierarquia propriamente dito entre o</p> <p>(A) Governador do Estado e um Secretário Municipal.</p> <p>(B) Presidente da República e um diretor de empresa pública federal.</p> <p>(C) Governador do Estado e um reitor de universidade pública estadual.</p> <p>(D) Prefeito Municipal e o superintendente de autarquia Municipal.</p> <p>(E) Presidente da República e um Ministro de Estado.</p>	<p>18. Considere as afirmações abaixo sobre as pessoas jurídicas.</p> <p>I. Têm personalidade jurídica pública as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p> <p>II. Constituída uma fundação por negócio entre vivos, se o instituidor não lhe transferir a propriedade dos bens dotados, serão registrados em nome da fundação por mandado judicial.</p> <p>III. Constituem-se as associações pela união de pessoas físicas ou jurídicas, que se organizam para fins não-econômicos.</p> <p>IV. Dissolvida a pessoa jurídica, promover-se-á o cancelamento de sua inscrição no registro onde estiver inscrita.</p> <p>V. Salvo disposição contrária do estatuto, a qualidade de associado é transmitida aos seus herdeiros, no momento da abertura da sucessão.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>
<p>16. É elemento característico do regime jurídico do processo administrativo</p> <p>(A) ser imprescritível, em decorrência do princípio da auto-tutela administrativa.</p> <p>(B) não comportar revisão judicial, por força do princípio da unicidade da jurisdição.</p> <p>(C) exigir respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa, em razão de expressa previsão constitucional.</p> <p>(D) não comportar modificação de sua decisão após o esgotamento dos prazos recursais, caracterizado a incidência de coisa julgada de natureza judicial.</p> <p>(E) a não aplicação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, posto ser julgado pela própria Administração.</p>	<p>19. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes,</p> <p>(A) seu domicílio será considerado somente o lugar onde funcionar a respectiva diretoria.</p> <p>(B) considerar-se-á seu domicílio, apenas, a Capital Federal.</p> <p>(C) não possui domicílio.</p> <p>(D) seu domicílio será considerado, apenas, o lugar onde funcionar o principal estabelecimento.</p> <p>(E) cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>17. A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a</p> <p>(A) inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.</p> <p>(B) exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.</p> <p>(C) inclusão da data da publicação e a exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.</p> <p>(D) inclusão da data da publicação e a exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no mesmo dia de sua consumação integral.</p> <p>(E) exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.</p>	<p>20. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem</p> <p>(A) passará à propriedade da União, depois de vinte anos de abandono comprovado.</p> <p>(B) somente será adquirido pelo Município mediante usucapião extraordinária.</p> <p>(C) será arrecadado, como bem vago, e passará, cinco anos depois, à propriedade do Estado onde se situar ou à do Distrito Federal.</p> <p>(D) poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.</p> <p>(E) será arrecadado, como bem vago, e passados dez anos incorporado ao patrimônio da universidade pública cuja sede esteja mais próxima.</p>

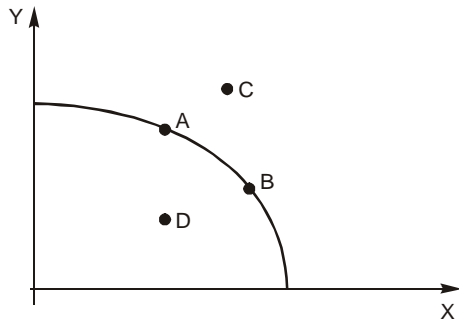
<p>21. Nas obrigações solidárias,</p> <p>(A) se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, cada um deles será obrigado a pagar a totalidade da dívida, mesmo que a obrigação seja divisível.</p> <p>(B) o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, entretanto o julgamento favorável aproveita-lhes, exceto se baseado em exceção pessoal ao credor que o obteve.</p> <p>(C) convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se para todos os efeitos a solidariedade.</p> <p>(D) importará renúncia à solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.</p> <p>(E) o devedor só se exonerará da obrigação se pagar a todos os credores solidários proporcionalmente aos respectivos créditos.</p>	<p>24. Caso agentes públicos estaduais e pessoa jurídica de direito privado celebrem contrato cuja execução acarrete danos ao meio ambiente e ao erário público, é possível pleitear em juízo a anulação do contrato e a responsabilização dos envolvidos em sede de</p> <p>(A) ação popular ajuizada por cidadão no exercício regular de seus direitos políticos.</p> <p>(B) <i>habeas corpus</i> impetrado pelo Ministério Público do Estado.</p> <p>(C) <i>habeas data</i> impetrado por pessoa jurídica de direito privado preterida na contratação.</p> <p>(D) mandado de injunção impetrado por partido político com representação na Assembléia Legislativa do Estado.</p> <p>(E) ação civil pública ajuizada pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.</p>
<p>22. São herdeiros necessários</p> <p>(A) os descendentes, os ascendentes e os colaterais até o terceiro grau.</p> <p>(B) apenas os descendentes e os ascendentes.</p> <p>(C) os descendentes e os colaterais até o quarto grau.</p> <p>(D) apenas o cônjuge sobrevivente, se o regime de casamento for o da comunhão universal de bens.</p> <p>(E) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens do casamento.</p>	<p>25. Lei estadual que versasse sobre a responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico</p> <p>(A) seria inconstitucional, por disciplinar matéria de competência legislativa privativa da União.</p> <p>(B) teria sua eficácia suspensa naquilo em que fosse contrária a lei federal superveniente sobre normas gerais.</p> <p>(C) somente poderia ser promulgada se existisse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.</p> <p>(D) deveria restringir-se a estabelecer normas gerais sobre a matéria, sob pena de afronta à Constituição da República.</p> <p>(E) seria inconstitucional, por se tratar de hipótese de competência legislativa suplementar dos Municípios.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>23. Na hipótese de uma entidade da administração indireta estadual proceder a aquisições de bens e serviços de acordo com o estabelecido em dispositivos de Decreto estadual anteriormente declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, a entidade em questão terá agido</p> <p>(A) de acordo com a Constituição, na medida em que a decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade produz efeito somente entre as partes do processo.</p> <p>(B) em conformidade com a Constituição, na medida em que a Mesa da Assembléia Legislativa não teria legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade em face de Decreto expedido pelo Governador do Estado.</p> <p>(C) contrariamente à Constituição, uma vez que, diferentemente das decisões tomadas em sede de controle concreto de constitucionalidade, a decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade não produz eficácia retroativa.</p> <p>(D) em desacordo com a Constituição, porque a decisão definitiva de mérito proferida em ação direta de inconstitucionalidade produz efeito vinculante em relação à administração pública, direta e indireta, na esfera estadual.</p> <p>(E) em conformidade com a Constituição, porque dispositivos de Decreto estadual não podem ter sua constitucionalidade questionada em sede de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>26. Nos termos da Constituição do Estado, é correto afirmar que a lei orçamentária anual</p> <p>(A) estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes.</p> <p>(B) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada apenas a autorização para abertura de créditos suplementares, nos termos da lei.</p> <p>(C) compreenderá o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta.</p> <p>(D) estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta estadual, bem como condições para a instituição e o funcionamento de fundos.</p> <p>(E) define o orçamento fiscal referente a entidades da administração direta e indireta estadual, excetuados os investimentos das empresas em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.</p>

<p>27. Projeto de lei complementar estadual visando a introduzir alterações no regime jurídico dos servidores civis é apresentado à Assembléia Legislativa, subscrito por um por cento do eleitorado do Estado, distribuído em sete dos quinze maiores Municípios, com cerca de três décimos de unidade por cento de eleitores de cada um. Referido projeto é aprovado por três quintos dos Deputados Estaduais e encaminhado à sanção governamental. Nessa situação, deverá o Governador do Estado vetar integralmente o projeto de lei, por motivo de inconstitucionalidade decorrente de</p> <p>(A) vício de iniciativa, por se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Governador.</p> <p>(B) invasão de competência regulamentar pelo Legislativo, em afronta à separação de poderes consagrada na Constituição.</p> <p>(C) insuficiência de quorum para aprovação de lei complementar.</p> <p>(D) vício formal, por se tratar de matéria a ser veiculada por emenda à Constituição.</p> <p>(E) insuficiência e distribuição inadequada dos eleitores que subscrevem o projeto de lei, diante das exigências constitucionais.</p>	<p>30. João e Alberto eram sócios da ABC Comercial Ltda., sociedade que mantém o estabelecimento denominado “Calçados João & Alberto”, destinado ao comércio varejista de calçados. Em 1^o de março de 2005, foi averbada no órgão de registro de comércio a cessão de suas quotas a Carlos e Fernando, tendo a sociedade mantido a exploração do estabelecimento, sob o mesmo nome. Porém, na época da cessão a ABC Comercial Ltda. era devedora de duplicata mercantil, que não foi paga e que agora é executada pelo respectivo credor. Supondo que o contrato de cessão de quotas seja omissivo com relação ao tema e que a dívida estava regularmente contabilizada, o débito é de responsabilidade</p> <p>(A) de Carlos e Fernando, porque o alienante do estabelecimento apenas responde pelos débitos anteriores até transcorrido 1 (um) ano da cessão.</p> <p>(B) de João e Alberto, porque os sócios antigos continuam respondendo pelas dívidas sociais até 2 (dois) anos depois do seu desligamento da sociedade.</p> <p>(C) da ABC Comercial Ltda., porque suas obrigações não são afetadas pela mudança de seu quadro societário.</p> <p>(D) de João e Alberto, porque o alienante do estabelecimento responde por todos os débitos anteriores à cessão, desde que contabilizados.</p> <p>(E) de Carlos e Fernando, porque são os atuais integrantes do quadro societário.</p>
<p>28. Relativamente à autonomia administrativa assegurada ao Ministério Público, nos termos da Constituição da República, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) pode propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, observados os limites estabelecidos em lei complementar para despesa com pessoal.</p> <p>(B) o encaminhamento intempestivo da proposta orçamentária autoriza o Poder Executivo a considerar os valores constantes da lei orçamentária anual vigente, para consolidação da proposta orçamentária anual.</p> <p>(C) durante a execução orçamentária, não poderá haver a realização de despesas que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, salvo exceções referidas na Constituição.</p> <p>(D) elaborará sua proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados na lei que estabelece o plano plurianual.</p> <p>(E) o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para consolidação da proposta orçamentária anual, se a proposta for encaminhada em desacordo com os limites a que se refere a Constituição.</p>	<p>31. A sociedade denominada “Companhia Paulistana de Açúcar” foi constituída tendo como acionistas Caio, Simplício e Túlio, com capital todo dividido em ações ordinárias. Apesar de Túlio ter subscrito ações representativas de 10% (dez por cento) do capital, nunca as integralizou. Caio e Simplício integravam o bloco de controle da sociedade e Caio, na qualidade de Diretor-Presidente, praticou atos fraudulentos que ensejaram a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, no curso de execução singular de duplicata mercantil. Nesta execução, Túlio</p> <p>(A) poderá ser responsabilizado pelos débitos sociais, porque não integralizou suas ações.</p> <p>(B) poderá ser responsabilizado pelos débitos sociais, pela aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.</p> <p>(C) poderá ser responsabilizado pelos débitos sociais, por força da responsabilidade do acionista decorrente da disciplina própria das sociedades anônimas.</p> <p>(D) poderá ser responsabilizado pelos débitos sociais, porque é titular de ações ordinárias.</p> <p>(E) não poderá ser responsabilizado pelos débitos sociais.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO COMERCIAL</p> <p>29. O protesto de duplicata mercantil é indispensável para a propositura de execução contra o</p> <p>(A) sacado, tenha a duplicata sido aceita ou não.</p> <p>(B) endossante, tenha a duplicata sido aceita ou não.</p> <p>(C) avalista do sacado, tenha a duplicata sido aceita ou não.</p> <p>(D) avalista do endossante, apenas se a duplicata não tiver sido aceita.</p> <p>(E) sacador, apenas se a duplicata não tiver sido aceita.</p>	<p>32. Os procedimentos de recuperação judicial e de recuperação extrajudicial têm em comum a</p> <p>(A) sujeição de todos os credores da empresa devedora aos respectivos planos, tão logo seja efetuada a sua apresentação ao juízo competente.</p> <p>(B) necessidade de o devedor ser empresário idôneo, assim entendido, dentre outros requisitos, aquele que não obteve nos últimos 5 (cinco) anos recuperação judicial.</p> <p>(C) automática suspensão de execuções que correm contra o devedor, até apreciação do respectivo plano pelo juízo competente.</p> <p>(D) impossibilidade de a maioria de credores pertencentes a determinada classe tomar decisões que vinculem a minoria discordante.</p> <p>(E) constituição de um Comitê de Credores, a quem caberá fiscalizar o cumprimento dos respectivos planos e administrar a empresa devedora.</p>

<p>33. É característica própria dos contratos de agência, de distribuição e de representação comercial a</p> <p>(A) constituição de uma das partes como mandatária da outra, para que em determinada região pratique atos de divulgação e propaganda dos produtos desta.</p> <p>(B) prática de atos de intermediação de venda de produtos de uma das partes pela outra, em região determinada e sob condição de exclusividade.</p> <p>(C) possibilidade de pactuação da cláusula <i>del credere</i>, por meio da qual os negócios promovidos e não concretizados permanecerão de responsabilidade da parte que os promoveu.</p> <p>(D) realização de sucessivas operações de compra e venda entre as partes, até a entrega das mercadorias produzidas por uma delas aos seus destinatários finais.</p> <p>(E) prática remunerada de atos de promoção e estímulo de negócios de interesse de uma das partes pela outra, em região determinada.</p>	<p>36. A chamada participação de menor importância constitui</p> <p>(A) circunstância atenuante.</p> <p>(B) causa de exclusão da tipicidade.</p> <p>(C) causa supralegal de exclusão da ilicitude.</p> <p>(D) causa geral de diminuição da pena.</p> <p>(E) causa legal de exclusão da culpabilidade.</p>
<p>34. NÃO é ato que enseja a decretação de falência do devedor empresário:</p> <p>(A) a nomeação à penhora, em processo de execução contra ele movido, de bens já oferecidos em outro processo de execução, não suficientes para o pagamento das dívidas.</p> <p>(B) o abandono e encerramento informal de seus estabelecimentos, com a conseqüente dissolução irregular da atividade empresarial.</p> <p>(C) a transferência do estabelecimento do devedor a terceiros, sem o consentimento dos credores e sem lhe restarem bens suficientes para pagar seu passivo.</p> <p>(D) a existência de um único protesto de título de crédito sacado contra o devedor, em quantia inferior a 40 (quarenta) salários mínimos na data do pedido de falência.</p> <p>(E) a rejeição do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor à Assembléia Geral de Credores.</p>	<p>37. A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos</p> <p>(A) cabe nos crimes culposos, se a condenação não for superior a quatro anos.</p> <p>(B) não cabe para o condenado reincidente.</p> <p>(C) pode ser feita por única restritiva de direitos, se a condenação for de um ano.</p> <p>(D) não pode ser feita por multa, ainda que cumulada com restritiva de direitos, se superior a um ano.</p> <p>(E) cabe em qualquer condenação não superior a quatro anos.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>35. Excluem a culpabilidade</p> <p>(A) a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e a doença mental.</p> <p>(B) a coação irresistível, o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, e a menoridade.</p> <p>(C) a obediência hierárquica, o exercício regular de direito e o arrependimento posterior.</p> <p>(D) o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, o estado de necessidade e a coação irresistível.</p> <p>(E) o arrependimento posterior, o estrito cumprimento do dever legal e o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável.</p>	<p>38. Dentre os crimes contra o patrimônio, não admite a suspensão condicional do processo, em quaisquer de suas formas, por prever pena mínima superior a um ano, o delito de</p> <p>(A) duplicata simulada.</p> <p>(B) dano.</p> <p>(C) estelionato.</p> <p>(D) receptação.</p> <p>(E) apropriação indébita.</p> <p>39. No crime de falsidade ideológica,</p> <p>(A) é prescindível o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.</p> <p>(B) a circunstância de ser o documento público ou particular não interfere na pena.</p> <p>(C) a inserção de declaração falsa deve ocorrer em documento público.</p> <p>(D) ser o agente funcionário público é causa de aumento da pena, ainda que não se tenha prevalecido do cargo.</p> <p>(E) se a falsificação é de assentamento de registro civil, a pena deve ser aumentada.</p> <p>40. Aquele que solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, comete o crime de</p> <p>(A) tráfico de influência.</p> <p>(B) advocacia administrativa.</p> <p>(C) exploração de prestígio.</p> <p>(D) prevaricação.</p> <p>(E) condescendência criminosa.</p>

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

41. Considere a seguinte curva de possibilidades de produção para uma determinada economia fictícia, onde Y e X são os únicos bens produzidos na economia.



É correto afirmar que

- (A) os pontos A, B e D representam combinações de produção de Y e X em que todos os recursos produtivos disponíveis estão sendo utilizados.
- (B) a economia poderá atingir o ponto C se houver um aumento na disponibilidade de seus recursos produtivos e/ou por meio de inovações tecnológicas.
- (C) só é possível atingir os pontos A e B, a partir do ponto D, se houver um aumento na disponibilidade de recursos produtivos na economia.
- (D) somente o ponto A representa o pleno emprego dos fatores produtivos, pois é o ponto mais alto da curva.
- (E) os pontos A e B, no curto prazo, representam maiores potenciais de crescimento econômico (elevação do produto interno bruto) em relação ao ponto D.

42. Em relação à oferta e demanda de um bem X em um mercado de concorrência perfeita, é correto afirmar:

- (A) A diminuição do preço do bem Z, substituto de X, deslocará a curva de demanda de X para a direita.
- (B) O gasto total dos consumidores com a aquisição de X, se a sua curva de demanda é linear, atinge o máximo quando a elasticidade-preço da demanda for infinita.
- (C) Um aumento no preço do bem Y, complementar de X, deslocará a curva de demanda de X para a direita.
- (D) Se a proporção da renda gasta na aquisição de um bem X aumenta à medida que diminui a renda do consumidor, então o bem X é um bem normal.
- (E) A curva de oferta de um bem X, caso seja representada por uma reta que passa pela origem dos eixos cartesianos, terá elasticidade-preço constante e igual a 1 (um).

43. Analise as proposições a seguir:

- I. O equilíbrio do consumidor se dá quando a inclinação da reta de restrição orçamentária é exatamente igual à da curva de indiferença.
- II. A reta de isocusto corresponde ao lugar geométrico das combinações de quantidades de dois fatores variáveis que implicam o mesmo volume de produção.
- III. Dada uma variação no preço do bem de Giffen, o efeito-substituição é menor, em valor absoluto, que o efeito-renda.
- IV. Ocorrem deseconomias de escala quando, dada uma mesma proporção de aumento na quantidade utilizada dos fatores de produção variáveis, a quantidade produzida do bem X se eleva numa proporção menor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

44. A demanda do bem X é dada pela reta $Q_D = 1000 - 4P$. Então,

- (A) se o mercado for de concorrência perfeita e a curva de oferta, representada pela reta $Q_0 = -200 + 6P$, a instituição de um imposto específico de \$ 2,00 por unidade vendida fará com que o preço de mercado se eleve em \$ 0,80.
- (B) de acordo com a teoria microeconômica tradicional, a instituição de um imposto do tipo *lump sum* (quantia fixa qualquer que seja a quantidade vendida) não alterará a quantidade nem o preço de equilíbrio desse mercado.
- (C) se o mercado for dominado por um monopolista cuja equação de custo total seja dada por $CT = 200 + 50Q + Q^2$, onde CT = custo total e Q = quantidade, o preço que maximizará o lucro do monopolista é 125.
- (D) o excedente do consumidor, para $P = 200$, é \$ 10.000,00.
- (E) X é com certeza um bem inferior, mas não há informações suficientes para se afirmar que ele também é um bem de Giffen.

45. Num determinado mercado em concorrência perfeita, a curva de demanda pelo bem X é dada pela função linear:

$$Q_d = 500 - 10 P$$

Onde:

Q_d = quantidade demandada no mercado

P = preço do bem

Nesse mesmo mercado, há 50 empresas cuja função de custo total é igual para todas e expressa pela função:

$$CT = 20 + 2q_e + 0,5q_e^2$$

Onde q_e = quantidade ofertada por cada empresa

O preço de equilíbrio desse mercado corresponderá a:

- (A) 13
- (B) 12
- (C) 11
- (D) 10
- (E) 9

46. São dadas as seguintes informações sobre as Contas Nacionais de uma determinada economia:

Importação de bens e serviços não fatores.....	85.000
Déficit do balanço de pagamentos em transações correntes ..	25.000
Consumo Final das famílias e das administrações públicas ..	472.000
Poupança Bruta Interna.....	94.000
Produto Interno Bruto	604.000
Variação de Estoques	10.000

Sabendo-se que não houve transferências de capital entre o país e o exterior, o valor da Formação Bruta de Capital Fixo dessa economia corresponde a

- (A) 84.000
- (B) 98.000
- (C) 109.000
- (D) 119.000
- (E) 132.000

47. Sobre o balanço de pagamentos, é correto afirmar que

- (A) um *superávit* no saldo das transações correntes equivale a uma diminuição dos ativos externos líquidos em poder dos residentes desta economia.
- (B) o pagamento de juros sobre empréstimos recebidos do exterior é registrado na conta de capital.
- (C) há diminuição das reservas internacionais do país, se o saldo do balanço de pagamentos é positivo.
- (D) o valor dos lucros reinvestidos na economia doméstica por residentes no exterior é computado no balanço de serviços.
- (E) há transferência líquida de recursos para o exterior quando as importações de bens e serviços não-fatores apresentam valor maior que as exportações de bens e serviços não-fatores.

48. Analise as seguintes proposições:

- I. Os meios de pagamento de um país correspondem à soma do papel-moeda em circulação com os depósitos à vista do público nos bancos comerciais.
- II. O valor da base monetária é igual à soma do papel-moeda em poder do público com o total dos encaixes bancários (reservas bancárias + caixa em moeda corrente).
- III. O valor do multiplicador dos meios de pagamento aumenta se ocorre uma queda na percentagem que a moeda escritural representa do total dos meios de pagamento.
- IV. A demanda de moeda é uma função inversa da taxa de juros real.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

49. Suponha que numa economia fechada, o comportamento do setor de bens e serviços possa ser descrito pelas seguintes equações do modelo keynesiano simples:

$$C = 100 + 0,8 Y_d$$

$$I = 250 + 0,15 Y$$

$$G = 300$$

$$T = 50 + 0,25 Y$$

Onde:

- C = Consumo de bens e serviços
- Y = Renda
- Y_d = Renda Disponível
- G = Gastos do Governo
- T = Tributação

Nessa economia,

- (A) o multiplicador dos gastos do governo é igual a 4.
- (B) o nível de renda de equilíbrio é 2.400.
- (C) o Governo tem um *superávit* de 350 no nível de renda de equilíbrio.
- (D) o multiplicador da tributação é igual a 4.
- (E) os investimentos apresentam certa elasticidade em relação à taxa de juros real.

50. Os setores real e monetário de uma determinada economia em que o nível geral de preços é igual a 1 podem ser representados por um modelo IS-LM descrito pelas equações a seguir:

$$C = 200 + 0,8 Y_d$$

$$I = 300 - 2000i$$

$$G = 400$$

$$T = 400$$

$$X = 200$$

$$M = 100 + 0,2 Y$$

$$M_d = 0,25Y - 1.000i$$

$$M_s = 200$$

Onde:

- X = exportações
- M = importações
- M_d = demanda de moeda
- M_s = oferta de moeda
- i = taxa unitária de juros nominal

No equilíbrio da economia,

- (A) a taxa de juros nominal é de 8%.
- (B) o nível de renda é 1.500.
- (C) as importações são 200.
- (D) o consumo é 1.000.
- (E) o investimento é 100.

51. No modelo IS-LM para uma economia fechada, é correto afirmar que
- (A) uma política fiscal expansiva tende sempre a reduzir a taxa de juros da economia, exceto no caso teórico denominado por Keynes de *armadilha da liquidez*.
 - (B) a curva LM é positivamente inclinada e sua declividade é função direta da velocidade-renda da moeda e da elasticidade da demanda de moeda em relação à taxa de juros.
 - (C) uma política de expansão monetária por parte do Banco Central será bem sucedida no objetivo de aumentar o nível de renda e diminuir a taxa de desemprego da economia, se a demanda por investimentos for totalmente inelástica em relação à taxa de juros.
 - (D) a curva IS é negativamente inclinada e sua declividade é função direta da propensão marginal a consumir e inversa da elasticidade do investimento em relação à taxa de juros.
 - (E) se a demanda de moeda for totalmente insensível a variações da taxa de juros, uma política fiscal expansiva tenderá a reduzir a taxa de desemprego da economia.

52. No que diz respeito às relações entre a taxa de desemprego e a taxa de inflação, é correto afirmar que
- (A) a curva de Phillips, no longo prazo, é vertical.
 - (B) ambas as variáveis são positivamente correlacionadas.
 - (C) choques de oferta não têm impacto sobre a taxa de inflação e, conseqüentemente, sobre a taxa de desemprego.
 - (D) há uma correlação negativa entre as duas variáveis, se os agentes econômicos têm expectativas racionais.
 - (E) quanto mais baixa for a taxa de inflação no curto prazo, a economia estará mais perto de sua taxa de desemprego natural.

53. Com relação à incidência de um imposto sobre vendas de um bem X num mercado em concorrência perfeita, é correto afirmar que
- (A) as elasticidades-preço da oferta e da demanda do bem no mercado não determinam o ônus do contribuinte de fato.
 - (B) o imposto desloca a curva de demanda para baixo em montante maior ao do imposto.
 - (C) um imposto com alíquotas variáveis, em princípio, atende melhor ao princípio da neutralidade do que um imposto com alíquotas fixas.
 - (D) o imposto é regressivo, porque tende a onerar mais fortemente os consumidores mais ricos.
 - (E) o ônus do imposto recai mais fortemente sobre os vendedores ou consumidores dependendo do valor das respectivas elasticidades-preço.

54. Numa determinada economia, um imposto sobre o valor adicionado, não-cumulativo e do tipo multiestágio, tem uma alíquota fixa de 20% e é cobrado "por fora". Há um setor dessa economia que produz um bem que passa por quatro etapas produtivas até atingir o consumidor final, sendo que a primeira etapa é constituída por uma firma totalmente integrada verticalmente. Supondo-se que o preço cobrado por essa empresa é 100 e que as outras três empresas na cadeia produtiva acrescentam 100% ao valor do insumo recebido para formar seu preço, o governo desse país arrecadará, por unidade vendida do bem,
- (A) 160
 - (B) 180
 - (C) 220
 - (D) 250
 - (E) 300

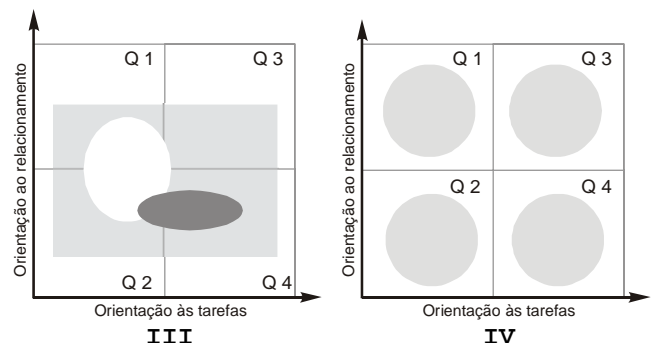
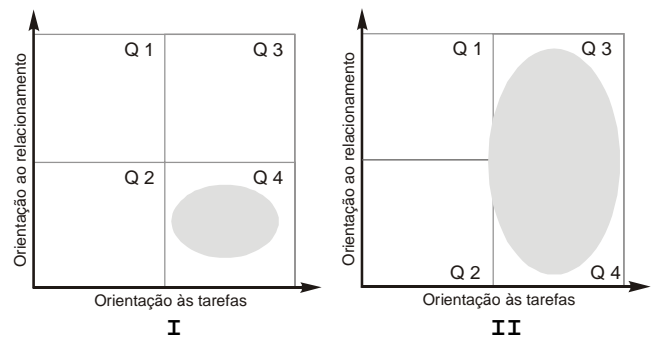
55. Um imposto é considerado progressivo quando a elasticidade-renda de sua arrecadação é
- (A) negativa.
 - (B) igual a zero.
 - (C) igual a um.
 - (D) maior que um.
 - (E) infinita.

ADMINISTRAÇÃO

56. Em um sistema fechado, o estado inicial é determinado pelas condições iniciais. Se as condições iniciais ou o processo forem alterados, o estado final também o será. Isto não é o que acontece nos sistemas abertos. Nos sistemas abertos, o mesmo estado final pode ser alcançado partindo de diferentes condições iniciais e por diferentes maneiras. Esta característica denomina-se
- (A) entropia negativa.
 - (B) equifinalidade.
 - (C) homeostase.
 - (D) uniformidade de práticas.
 - (E) ciclo de eventos.

Instruções: Para responder às questões de números 57 a 60 considere as seguintes informações:

"A Teoria de Reddin estabelece que o gerente deve analisar a situação para saber qual o estilo mais eficaz naquela circunstância específica e aumentar sua flexibilidade, procurando aproximar seu estilo pessoal do exigido pela situação".



<p>57. A figura I representa o estilo pessoal de um gerente que atua naturalmente no estilo</p> <p>(A) dedicado, mas a situação exige um estilo separado. (B) dedicado e no integrado. (C) dedicado e pouco no separado. (D) dedicado. (E) relacionado.</p>	<p>62. Fazendo-se uma analogia entre os estudos sobre os tipos de supervisão de Rensis Likert e os estudos de Douglas McGregor, pode-se apontar os seguintes pontos comuns:</p> <p>I. Tipo de supervisor concentrado no serviço e a Teoria X. II. Tipo de supervisor concentrado no serviço e a Teoria Y. III. Tipo de supervisor concentrado no subordinado e a Teoria X. IV. Tipo de supervisor concentrado no subordinado e a Teoria Y.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>
<p>58. A figura II representa o estilo pessoal de um gerente</p> <p>(A) dedicado e integrado, mas que pode ter dificuldades se a situação exigir sua atuação nos estilos relacionado ou separado. (B) dedicado, mas que não demonstra flexibilidade para atuar em outros estilos. (C) dedicado e pouco separado, mas a situação exige um estilo separado ou relacionado. (D) dedicado, mas a situação exige um estilo separado. (E) integrado, e a situação exige um estilo integrado.</p>	
<p>59. A figura III apresenta uma elipse vazia e outra elipse hachurada. O estilo pessoal de um gerente com a elipse vazia posicionada nos quadrantes 1 e 2 indica um estilo</p> <p>(A) dedicado e relacionado. (B) separado e relacionado, mas a interseção das elipses conduz a um estilo integrado. (C) relacionado e separado. (D) integrado e relacionado. (E) integrado e separado.</p>	
<p>60. Considere que, na figura IV, Luis é um gerente cujo estilo cabe no quadrante 1; José, por sua vez, tem um estilo adequado ao quadrante 2; Alberto situa-se no quadrante 3 e Renato tem um estilo pessoal de gerente que cabe no quadrante 4. Analisando-se a figura, o estilo do gerente Luis</p> <p>(A) é separado, José é dedicado, Alberto é integrado e Renato é relacionado. (B) é relacionado, José é separado, Alberto é integrado e Renato é dedicado. (C) é integrado, José é relacionado, Alberto é dedicado e Renato é separado. (D) e o de Renato são integrados, o de José e o de Alberto são separados. (E) e o de José são dedicados, o de Alberto é relacionado e o de Renato é integrado.</p>	<p>63. Thomas Stewart, Leif Edvinsson e Karl Erik Sveiby, pioneiros em estudos sobre a gestão do conhecimento, consideram que o valor de empresas intensivas em conhecimento deixou de estar relacionado aos bens tangíveis, passando a ser cotado, a partir dos ativos intangíveis. Sobre esses estudos, é correto afirmar:</p> <p>I. Sveiby propõe um modelo de gestão de conhecimento formado de 3 componentes: estrutura interna, estrutura externa e competência. II. Stewart apresenta um modelo realçando a importância do capital intelectual da empresa. III. A noção de capital estrutural e de capital humano de Stewart é bastante semelhante à de estrutura interna e competência do modelo de Sveiby. IV. Edvinsson divide o capital intelectual da empresa em 3 componentes: capital organizacional, capital de clientes e capital humano. V. O capital organizacional para Edvinsson tem significado semelhante ao do capital interno de Sveiby e do capital estrutural de Stewart.</p>
<p>61. Chris Argyris estudou como as pessoas evoluem de um estágio de imaturidade pessoal e profissional para um de maturidade. Propôs, também, um tipo de organização do trabalho no qual as pessoas não se limitam a uma tarefa, mas realizam diversas atividades correlatas e seqüenciais, formando um processo. Este tipo de organização é conhecido como</p> <p>(A) <i>downsizing</i>. (B) <i>empowerment</i>. (C) <i>job enrichment</i>. (D) reengenharia. (E) <i>job enlargement</i>.</p>	<p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V. (B) I, II e III, apenas. (C) I e II, apenas. (D) II, apenas. (E) III, apenas.</p>

64. O conceito de árbitro delimitado desenvolvido por Herbert A. Simon parte do pressuposto que
- (A) o valor esperado de uma determinada proposição é a soma dos valores esperados para os custos e benefícios de todos os resultados associados a essa proposição.
 - (B) as pessoas tentam maximizar seus resultados econômicos individuais.
 - (C) a proposição com valor esperado mais alto é escolhida como a preferida.
 - (D) a lista de proposições geradas por quem decide é restringida por normas sociais, legais e morais.
 - (E) é um processo no qual as pessoas investem cada vez mais pesado num curso de ação visivelmente fracassado, visando justificar suas decisões anteriores.

Instruções: Para responder às questões de números 65 e 66 considere as seguintes informações:

As figuras A, B e C, abaixo, representam modelos contingenciais desenvolvidos por James D. Thompson que examinam tecnologias freqüentemente empregadas nas organizações de serviços e auxiliam a formulação do desenho organizacional destas instituições. Nas figuras, os retângulos representam grupos de trabalho ou organizações, os círculos representam os funcionários e as setas representam o fluxo de trabalho.

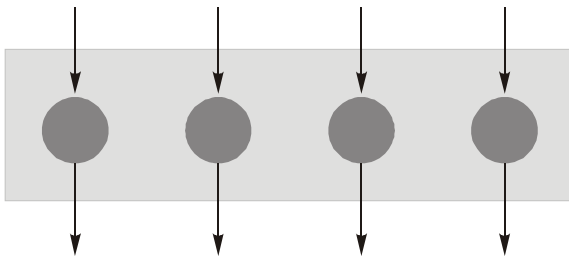


Figura A

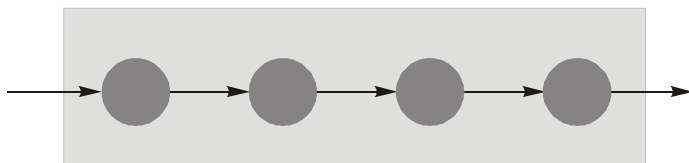


Figura B

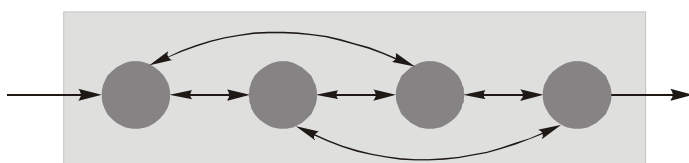


Figura C

65. As figuras A, B e C representam, respectivamente, tecnologias
- (A) mediadora, intensiva e de vínculo extenso.
 - (B) mediadora, de vínculo extenso e intensiva.
 - (C) intensiva, mediadora e de vínculo extenso.
 - (D) intensiva, de vínculo extenso e mediadora.
 - (E) de vínculo extenso, mediadora e intensiva.

66. Associando-se as tecnologias identificadas por Thompson com o tipo de serviço prestado pelas empresas, aquelas que utilizam tecnologia intensiva tendem a ser dotadas por estruturas
- (A) apenas funcionais ou divisionais.
 - (B) mecanicistas (funcionais e divisionais).
 - (C) funcionais ou divisionais de vinculação lateral ou por estruturas matriciais.
 - (D) unicamente divisionais de vinculação lateral.
 - (E) unicamente de vinculações matriciais.

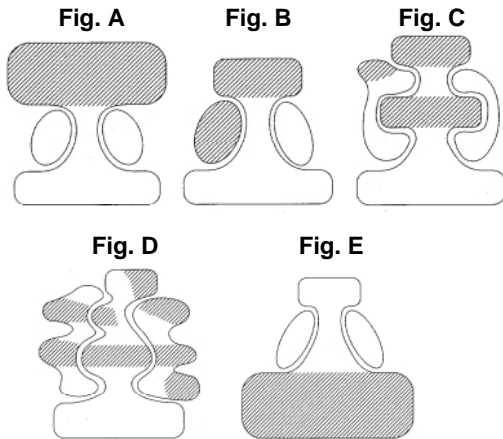
67. Obter integração estrutural é um desafio importante com que se defronta todos os gerentes, obrigando-os a tomar decisões em torno da coordenação das relações entre pessoas e grupos interdependentes por eles gerenciados. O mecanismo dessa integração é a coordenação composta de ajustamento mútuo, supervisão direta e padronização, assim entendidos:

- I. Ajuste mútuo é a coordenação realizada por processos de comunicação interpessoal.
- II. Na supervisão direta, uma pessoa assume a responsabilidade pessoal pelo trabalho de um grupo de pessoas, adquirindo a autoridade hierárquica para determinar as tarefas a serem realizadas.
- III. Padronização compreende a coordenação dos trabalhos, fornecendo padrões e procedimentos que ajudam os trabalhadores a definir o modo de executar suas tarefas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

68. As figuras abaixo apresentam os 5 tipos de centralização e descentralização horizontal e vertical propostos por Mintzberg. Segundo Mintzberg, eles podem ser distribuídos ao longo de um único continuum, da centralização em ambas as dimensões em um extremo à descentralização em ambas as dimensões em outro extremo. Referem-se, exclusivamente, ao poder sobre as decisões tomadas nas organizações.



- I. A figura “A” representa um tipo de centralização vertical e horizontal em que o poder de decisão está concentrado nas mãos de um único indivíduo. É retirado o poder formal dos operadores e dos gerentes que os supervisionam e o concentra próximo ao topo da hierarquia de linha e na tecnoestrutura, centralizando a organização em ambas as dimensões.
- II. A figura B representa um tipo de descentralização horizontal limitada (seletiva) em que encontramos a organização burocrática com tarefas não-especializadas que confia na padronização dos processos de trabalho para a coordenação.
- III. A figura C representa um tipo de descentralização vertical limitada (paralela) em que encontramos uma organização que está dividida em unidades de mercado ou divisões, cujos gerentes recebem delegação (paralelamente) de muito poder formal para tomar as decisões concernentes a seus mercados. O uso de agrupamento por mercado, leva à descentralização vertical limitada de natureza paralela.
- IV. A figura D representa um tipo de descentralização vertical e horizontal seletivas em que, na dimensão vertical, o poder para diferentes tipos de decisões é delegado às constelações de trabalho em vários níveis hierárquicos. Na dimensão horizontal, essas constelações utilizam seletivamente os especialistas de assessoria, conforme a dimensão técnica das decisões que devem tomar.
- V. A figura E representa um tipo de descentralização vertical e horizontal em que o poder de decisão está amplamente concentrado no núcleo operacional, porque seus membros são profissionais cujo trabalho é amplamente coordenado pela padronização das habilidades. O treinamento e a capacitação profissional desenvolvem especialização abaixo da linha intermediária, descentralizando a estrutura em ambas as dimensões.

Considerando exclusivamente o critério “poder sobre as decisões tomadas nas organizações”, estão corretamente relacionados a figura e o respectivo processo em

- (A) III e V, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

69. O aprendizado gerencial envolve quatro dimensões básicas: a cognitiva, a analítica, a comportamental e a habilidade de ação. Aprender sobre administração a partir do estoque de conhecimentos existentes sobre definição de objetivos e formulação de políticas e as idéias sistematizadas sobre estruturas, processos, técnicas e comportamentos organizacionais é objetivo da dimensão

- (A) comportamental e da habilidade de ação.
- (B) cognitiva e da analítica.
- (C) cognitiva.
- (D) habilidade de ação.
- (E) analítica.

70. Ansoff em seu modelo de desenvolvimento estratégico de empresa estabelece que há dois tipos correlatos de estratégias: a estratégia de carteiras e a estratégia competitiva. A estratégia de carteiras possui quatro componentes: vetor de crescimento geográfico, vantagem competitiva, sinergia e flexibilidade estratégica. A representação a seguir se refere ao componente “vetor de crescimento geográfico”.

	Produto	Corrente	Novo
Missão			
Corrente			
Nova			

A análise da representação permite concluir que o alcance e a direção dos negócios futuros da empresa na relação produto novo e missão corrente se dará por meio

- (A) da penetração do mercado.
- (B) do desenvolvimento de produtos.
- (C) do desenvolvimento de mercados.
- (D) da diversificação de produtos e mercados.
- (E) do desenvolvimento de preços.

71. Michael E. Porter estabelece que há cinco forças competitivas que determinam a rentabilidade de um negócio. São elas:

- (A) entrantes potenciais, compradores, produtos/serviços substitutos, fornecedores e concorrentes na indústria.
- (B) liderança no custo, diferenciação, enfoque, entrantes potenciais e produtos substitutos.
- (C) compradores, fornecedores, diferenciação, enfoque e liderança no custo.
- (D) compradores, fornecedores, indústria, diferenciação de produtos ou serviços e enfoque.
- (E) entrantes potenciais, fornecedores, compradores, diferenciação de produtos e custos de serviços.

72. No seu modelo de estratégias competitivas genéricas, Porter afirma que, embora uma empresa possa ter inúmeros pontos fortes e pontos fracos em comparação com seus concorrentes, existem dois tipos básicos de vantagens competitivas que uma empresa possa possuir: baixo custo ou diferenciação. Na representação a seguir, combinando-se os dois tipos básicos de vantagem competitiva com o escopo de atividades ou competitivo, pode-se concluir que a relação:

Vantagem Competitiva

		Custo Mais Baixo	Diferenciação
Escopo Competitivo	Alvo Amplo		
	Alvo Estreito		

- I. custo mais baixo e alvo amplo indica a estratégia genérica da liderança de custo.
- II. custo mais baixo e alvo estreito indica a estratégia genérica do enfoque no custo.
- III. diferenciação e alvo amplo indica a estratégia genérica da diferenciação.
- IV. diferenciação e alvo estreito indica a estratégia genérica do enfoque na diferenciação.

Está correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

73. Na elaboração do planejamento estratégico, o diagnóstico estratégico apresenta determinados componentes que relacionam a empresa com variáveis controláveis e variáveis não-controláveis contidas no ambiente que a envolve. As variáveis não-controláveis se encontram no ambiente

- (A) interno e no ambiente externo da organização.
- (B) externo da organização, indicando suas oportunidades de negócios e os riscos de investimentos.
- (C) interno da organização, indicando as oportunidades de novos negócios.
- (D) interno da organização, indicando seus pontos fortes e pontos fracos.
- (E) externo da organização, indicando as oportunidades, pontos fortes e os riscos de investimentos.

74. Na quinta disciplina, Peter M. Senge estabelece dois tipos de processos de *feedback*: de reforço e de equilíbrio. Em relação ao processo de *feedback* é correto afirmar que

- (A) existe uma autocorreção que tenta manter a meta ou o objetivo.
- (B) sempre entra em ação quando existe um comportamento orientado para uma meta.
- (C) as pequenas ações podem evoluir transformando-se em grandes conseqüências, para melhor ou pior.
- (D) as pequenas mudanças sistêmicas não se acentuam e as ações não sofrem o efeito bola-de-neve.
- (E) qualquer movimento que ocorra no sistema é estabilizado.

75. A teoria de motivação no trabalho de Herzberg é dividida em duas categorias: fatores motivadores e fatores de higiene. É correto afirmar:

- (A) Trabalho desafiante, crescimento e desenvolvimento são fatores de higiene.
- (B) Fatores motivadores têm relação com o ambiente e fatores de higiene têm relação com o trabalho em si.
- (C) Reconhecimento do desempenho é um fator de higiene.
- (D) Dinheiro, status e segurança são fatores motivadores.
- (E) Fatores motivadores têm relação com o trabalho em si e fatores de higiene têm relação com o ambiente.

AUDITORIA

76. Os procedimentos de auditoria que têm por finalidade obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade são denominados testes

- (A) de evidência.
- (B) de aderência.
- (C) de controle.
- (D) de observância.
- (E) substantivos.

77. Analise as proposições a seguir, relativas ao planejamento dos trabalhos de auditoria:

- I. Pressupõe adequado nível de conhecimento sobre o ramo de atividade, negócios e práticas operacionais da entidade.
- II. Deve considerar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos a serem aplicados na entidade.
- III. Quando incluir a designação de equipe técnica, esta dividirá a responsabilidade pelos trabalhos a serem executados com o auditor.
- IV. Uma vez estabelecidos, os programas de trabalho são imutáveis, a menos que a administração da entidade concorde com sua revisão e atualização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

78. Os testes substantivos de auditoria dividem-se em testes de

- (A) amostragem estatística e procedimentos de revisão analítica.
- (B) eventos subseqüentes e testes de transações e saldos.
- (C) transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
- (D) observância e testes de circularização de saldos.
- (E) observância e testes de amostragem estatística.

79. A possibilidade de o auditor vir a emitir um parecer que contenha opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas denomina-se risco

- (A) de auditoria.
- (B) amostral.
- (C) inesperado.
- (D) de detecção.
- (E) de controle.

80. O procedimento de auditoria que consiste na verificação do comportamento de valores significativos mediante índices, quocientes, quantidades absolutas e outros meios é denominado

- (A) inspeção.
- (B) investigação.
- (C) confirmação.
- (D) revisão analítica.
- (E) observação.

81. De acordo com o disposto na NBC T-11 do Conselho Federal de Contabilidade, considera-se que a continuidade normal dos negócios da entidade objeto da auditoria externa está caracterizada se houver evidência de normalidade das operações no prazo de um ano após a data

- (A) da emissão do parecer dos auditores.
- (B) da publicação das demonstrações contábeis.
- (C) das demonstrações contábeis.
- (D) do início das atividades da auditoria.
- (E) da assembléia de acionistas que aprovar o parecer dos auditores.

82. Sobre fraude e erro, é correto afirmar que

- (A) fraude é o ato não-intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação dos fatos na elaboração dos registros contábeis.
- (B) é responsabilidade do auditor a comunicação de erros e fraudes que tenha encontrado em seu trabalho à administração da entidade, inclusive sugerindo medidas corretivas.
- (C) o auditor, ao planejar o seu trabalho, não precisa estar preocupado em detectar fraudes e erros, já que essa é uma responsabilidade primária da entidade auditada.
- (D) se o auditor não detectou fraudes e erros em seu trabalho, que posteriormente foram descobertos, ele será pessoalmente responsável por todas as conseqüências deles recorrentes.
- (E) erro é o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.

83. Analise as seguintes proposições:

- I. As transações com partes relacionadas são normalmente irrelevantes para determinação da extensão dos procedimentos de auditoria uma vez que são efetuadas sob condições comutativas.
- II. O auditor deve aplicar procedimentos específicos em relação a eventos ocorridos entre a data do balanço e a de seu parecer que possam demandar ajustes específicos nas demonstrações ou a divulgação em notas explicativas.
- III. A carta de responsabilidade da administração deve ser emitida com a mesma data do parecer dos auditores sobre as demonstrações contábeis a que ela se refere.
- IV. O auditor deve obter carta de advogados da entidade quanto à existência de passivos contingentes da entidade na época da execução dos trabalhos finais de auditoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

84. Quando houver incerteza em relação a fatos relevantes que não estejam ainda perfeitamente identificados ao final dos trabalhos de auditoria independente e nem claramente expostos no conjunto das demonstrações contábeis, recomenda-se que o auditor emita um parecer

- (A) com abstenção de opinião.
- (B) com um parágrafo de ênfase, após o parágrafo de opinião, recomendando a continuidade dos trabalhos de auditoria.
- (C) sem ressalva, já que nada pode ser comprovado com certeza.
- (D) com ressalva ou opinião adversa, a seu juízo.
- (E) parcial.

85. O auditor, ao inspecionar a conta corrente que a companhia auditada mantinha junto ao Banco União S/A, verificou que o valor constante no extrato bancário e o saldo da respectiva conta no livro Razão eram divergentes.

Aprofundando seu exame, constatou:

- I. Dois cheques emitidos pela entidade, no valor total de R\$ 2.500,00, não haviam sido descontados junto à instituição financeira.
- II. O banco havia cobrado taxas e comissões sobre seus serviços no valor de R\$ 980,00, fatos não contabilizados na entidade.
- III. O banco devolveu uma duplicata descontada de emissão da companhia no valor de R\$ 3.050,00, em virtude de não-pagamento, fato não contabilizado na entidade.
- IV. O banco cobrou juros de R\$ 2.020,00 sobre um empréstimo à companhia, ainda não-quitado, sendo que esta não o contabilizou desrespeitando, portanto, o princípio da competência.

Se o extrato bancário, antes da reconciliação, indicava um saldo credor de R\$ 3.200,00, o saldo devedor da conta corrente no livro Razão, antes da reconciliação, correspondia, em reais, a

- (A) 8.200,00
- (B) 6.750,00
- (C) 6.050,00
- (D) 3.750,00
- (E) 700,00

86. Uma auditoria independente efetuada na Cia. Gomes Carvalho constatou:

- I. Uma máquina que sofreu um acréscimo patrimonial de R\$ 50.000,00, em função de uma reavaliação aprovada pela assembléia geral, foi depreciada em 10% no final do exercício, sem que fosse efetuada a correspondente baixa na reserva de reavaliação contra a conta de Lucros Acumulados.
- II. Uma aplicação financeira de R\$ 100.000,00 em um CDB de 90 dias, com vencimento em 30 de janeiro do ano-calendário seguinte, cujo rendimento prefixado era de R\$ 4.500,00, não tivera parte dessa receita apropriada no exercício, em desacordo com o princípio da competência.
- III. Uma venda à vista efetuada nos últimos dias do ano no valor de R\$ 25.000,00, com custo de mercadoria vendida de R\$ 15.000,00, não havia sido contabilizada, sendo que os impostos e contribuições sobre o lucro da companhia são cobrados à alíquota de 30%.

No balanço patrimonial da companhia, que adota o sistema de inventário permanente, em decorrência dos ajustes feitos pela auditoria, houve um aumento do

- (A) Resultado do Exercício em R\$ 4.500,00.
- (B) Ativo Circulante em R\$ 13.000,00.
- (C) Ativo Circulante em R\$ 8.500,00.
- (D) Passivo Circulante em R\$ 7.000,00.
- (E) Resultado do Exercício em R\$ 13.500,00.

87. Para certificar-se que direitos de crédito efetivamente existem em determinada data, o auditor independente utiliza, principalmente, o procedimento de

- (A) revisão analítica de recebíveis.
- (B) inspeção de ativos tangíveis.
- (C) circularização dos devedores da companhia.
- (D) conferência do cálculo dos créditos.
- (E) observação de processo de controle.

88. No curso de auditoria independente realizada na Cia. Estrela do Norte, o auditor constatou a existência de uma única participação societária permanente na Cia. Juazeiro do Sul, sendo que a investidora detinha 30% das ações, com direito a voto da investida, o que correspondia a 20% do seu capital total. O valor contábil do investimento era de R\$ 120.000,00 e o patrimônio líquido da investidora R\$ 1.300.000,00. O investimento era avaliado na Cia. Estrela do Norte pelo método do custo. O auditor concluiu que o procedimento adotado pela empresa auditada, de acordo com a legislação comercial e fiscal, era

- (A) correto, porque a investida era apenas coligada da investidora.
- (B) correto, porque o investimento não era relevante para a investidora.
- (C) incorreto, porque todos os investimentos em coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
- (D) incorreto, porque o investimento era relevante para a investidora.
- (E) incorreto, porque a investida era controlada pela investidora.

89. Na auditoria da Demonstração de Resultado do Exercício de uma companhia, foi constatado pelo auditor:

- I. Um prêmio de seguro pago no dia 1º de julho do exercício, no valor de R\$ 84.000,00, com vigência de dois anos, a partir dessa data, foi lançado integralmente como despesa.
- II. Duplicatas aceitas por uma empresa cliente no valor de R\$ 30.000,00, com pagamento atrasado em mais de dez meses, sem perspectiva nenhuma de recebimento, que estão classificadas no ativo circulante da companhia auditada.
- III. A depreciação de um imóvel da companhia adquirido por R\$ 500.000,00, com vida útil estimada de 25 anos, não tinha sido contabilizada.

Em função dos ajustes corretamente efetuados pelo auditor, o resultado do exercício

- (A) aumentou em R\$ 13.000,00.
- (B) aumentou em R\$ 3.000,00.
- (C) ficou inalterado.
- (D) diminuiu em R\$ 9.000,00.
- (E) diminuiu em R\$ 29.000,00.

90. São princípios contábeis enunciados pela Resolução CFC nº 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade:

- (A) continuidade, prevalência da essência sobre a forma e tempestividade.
- (B) registro pelo valor atualizado, regime de caixa e materialidade.
- (C) entidade, competência e reavaliação de ativos.
- (D) ajuste de bens ao valor de mercado, recuperação de despesas e uniformidade.
- (E) prudência, oportunidade e continuidade.